

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA

INCLUSION OF CHILDREN WITH SPECIAL NEEDS IN SCHOOL

INCLUSIÓN DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA

Regina Coeli Souza Lopes¹
Diogenes José Gusmão Coutinho²

RESUMO: Este artigo buscou apresentar um discurso sobre a inclusão e a atenção à diversidade de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) em sala de aula, associadas ou não a uma deficiência, representam um desafio constante no campo educacional, levantando muitas questões como os principais desafios que as escolas e os educadores enfrentam na inclusão e atenção à diversidade, como a estigmatização e a discriminação no ambiente escolar. A inclusão pode ser interpretada como um fenômeno social complexo, em decorrência de ações que são constituídas por inúmeras instituições, entre elas o governo, as instituições formadoras de educadores, as escolas, as pessoas com deficiência e suas famílias. A eficácia dos direitos e leis voltados para a inclusão significa, por um lado, que os direitos operam como nortes para atuação do Estado, e, por outro, servem de indicador para a aplicação das demais leis da seara jurídica, em outro falar, a possibilidade de interpretar o direito à luz desses fundamentos.

Palavras-chave: Deficiência. Inclusão. Sala de aula.

ABSTRACT: This article sought to present a discourse on inclusion and attention to the diversity of students with Special Educational Needs (SEN) in the classroom, whether associated with a disability or not. These represent a constant challenge in the educational field, raising many questions, such as the main challenges schools and educators face in inclusion and attention to diversity, such as stigmatization and discrimination in the school environment. Inclusion can be interpreted as a complex social phenomenon, resulting from actions carried out by numerous institutions, including the government, educator training institutions, schools, people with disabilities, and their families. The effectiveness of rights and laws aimed at inclusion means, on the one hand, that rights serve as guidelines for state action and, on the other, that they serve as indicators for the application of other laws in the legal field—in other words, the possibility of interpreting the law in light of these foundations.

Keywords: Disability. Inclusion. Classroom.

RESUMEN: Este artículo busca presentar un discurso sobre la inclusión y la atención a la diversidad del alumnado con Necesidades Educativas Especiales (NEE) en el aula, ya sea asociada o no a una discapacidad. Esto representa un desafío constante en el ámbito educativo, planteando diversas preguntas, como los principales desafíos que enfrentan las escuelas y los educadores en la inclusión y la atención a la diversidad, como la estigmatización y la discriminación en el entorno escolar. La inclusión puede interpretarse como un fenómeno social complejo, resultado de las acciones llevadas a cabo por numerosas instituciones, incluyendo el gobierno, las instituciones de formación docente, las escuelas, las personas con discapacidad y sus familias. La efectividad de los derechos y las leyes orientadas a la inclusión implica, por un lado, que los derechos sirvan como directrices para la acción estatal y, por otro, que sirvan como indicadores para la aplicación de otras leyes en el ámbito jurídico; es decir, la posibilidad de interpretar la ley a la luz de estos fundamentos.

Palabras clave: Discapacidad. Inclusión. Aula.

¹Coordenadora pedagógica da Escola Municipal Professora Consuelo Amora Professora pedagógica, Especialista em gestão pública, Especialista em gestão e planejamento ambiental, Mestranda em ciências da educação, Christian Business School.

²Licenciatura em plena em ciências biológicas, doutor em biologia pela UFPE. Professor, orientador da Christian Business School

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva pode ser interpretada como um fenômeno social complexo, em decorrência de ações que são constituídas por inúmeras instituições, entre elas o governo, as instituições formadoras de educadores, as escolas, as pessoas com deficiência e suas famílias.

Já a educação especial é importante para todos os alunos, não apenas para aqueles com deficiência. Cria um local onde as diferenças são respeitadas e valorizadas, permitindo que os alunos compartilhem com as tentativas e acertos uns dos outros. Salas de aula inclusivas promovem empatia, compreensão e respeito entre os alunos, preparando-os para viver e trabalhar em uma sociedade diversificada.

A inclusão leva a resultados acadêmicos positivos para alunos com deficiência, bem como a um melhor desenvolvimento social e emocional. Além disso, a educação inclusiva ajuda a quebrar barreiras e estereótipos, propiciando uma compreensão de inclusão e aceitação.

A inclusão de pessoas com NEE é apoiada por uma estrutura legal e convenções internacionais que enfatizam a educação como direito para todos, sem ter em conta suas habilidades. Muitos países também programaram legislação e políticas específicas para promover a educação inclusiva.

No Brasil, por exemplo, tem havido esforços significativos para desenvolver políticas de educação inclusiva e apoiar os direitos das pessoas com deficiência. Essas estruturas legais e convenções internacionais fornecem uma base para a educação inclusiva e orientam os formuladores de políticas na criação de políticas de educação inclusiva que garantam oportunidades iguais para todos os alunos. Na aprendizagem precisa existir inclusão sendo assim o currículo precisa ser bem estruturado.

O objetivo do currículo é fazer com que todas as experiências trazidas pelo aluno sejam ampliadas e trazidas para a vida acadêmica proporcionando conhecimento para todos os estudantes seja ele com necessidades especiais ou ditas normais. Logo as tarefas do dia a dia podem criar um currículo e em eventualidades, seja os conteúdos que serão ensinados.

Ademais, um dos principais componentes de uma política de educação inclusiva é o fornecimento de infraestrutura e recursos acessíveis nas escolas. Isso inclui garantir que os prédios escolares sejam fisicamente acessíveis a alunos com deficiência, como rampas e elevadores para cadeirantes.

Além disso, as escolas devem ter recursos e materiais adequados para atender às diversas necessidades de aprendizagem de todos os alunos. Isso pode incluir tecnologias assistivas,

equipamentos especializados e materiais de aprendizagem adaptados. Ao criar um ambiente físico inclusivo e fornecer os recursos necessários, as escolas podem garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais de acesso à educação.

Outro aspecto importante da política de educação especial é o fornecimento de apoio individualizado e diferenciação. Isso significa reconhecer e abordar as necessidades únicas de aprendizagem de cada aluno. Os professores devem ser treinados na implementação de estratégias de diferenciação, o que envolve a adaptação de métodos de ensino, materiais e avaliações para atender às diversas necessidades e habilidades dos alunos.

O apoio individualizado também pode envolver o fornecimento de apoio adicional ao aprendizado, como instrução ou terapia especializada, para alunos com deficiências ou dificuldades de aprendizado. Ao fornecer suporte individualizado e diferenciação, as escolas podem oferecer um local de aprendizagem inclusivo onde todos os alunos podem prosperar. A colaboração e parceria entre escolas, famílias e comunidades é outro componente crucial da política de educação inclusiva.

A educação inclusiva reconhece que a responsabilidade pela educação de um aluno se estende além das paredes da sala de aula. As escolas devem envolver ativamente as famílias no processo educacional, buscando sua contribuição e colaboração na tomada de decisões. Se faz necessário o diálogo regular, reuniões de pais e professores e envolvimento das famílias em atividades e eventos escolares. Além disso, as escolas também devem se envolver com a comunidade em geral para promover a inclusão e criar oportunidades para os alunos interagirem com diversos indivíduos e culturas.

Faz-se preciso ressaltar que a educação eficaz exige que os alunos sejam participantes ativos nas melhorias da sala de aula e de toda a escola. O processo de mudança necessita de sensibilizar todos para os benefícios da inclusão e para a necessidade de combater a discriminação e apoiar a igualdade e as oportunidades.

Desse modo se faz a seguinte indagação: Qual o impacto do ensino para alunos que necessitam de educação inclusiva?

Justifica-se pelo fato de que a realização da pesquisa proposta possui viabilidade, contendo todos os recursos necessários à sua execução, pela relevância teórica e prática, possibilitando o aumento dos índices de melhoria dos níveis de educação em criatividade, artes, pintura, cultura e socialização.

Tem-se como objetivo geral “Analisar como os professores reconhecem as emoções faciais, os gestos, a forma como se comportam ao falar, a forma de se dirigir aos alunos com deficiência por meio de uma Revisão Bibliográfica”.

A metodologia de caráter bibliográfico e documental cujo método é tipo descritivo fundamentado na abordagem qualitativa e observação adequou-se à análise do objeto de estudo e aos objetivos propostos.

MÉTODOS

Este estudo se caracteriza pelo procedimento bibliográfico pois trouxe material bibliográfico como livros, revistas, artigos para o marco teórico. A pesquisa de cunho bibliográfico implica em um conjunto ordenado de procedimentos, com critérios bem definidos, de busca por soluções em acordo com o objeto de estudo, não podendo ser aleatório. É sempre realizada para fundamentação teórica de um determinado assunto, trazendo subsídios a análise futura dos dados obtidos (Gil, 2017).

Tratou-se de um estudo de cunho qualitativo, conforme salientado por Marconi e Lakatos (2017, p. 269):

A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento. 3149

A pesquisa qualitativa por sua vez, se detém a fenômenos que não são aferidos quantitativamente e consegue investigar os aspectos subjetivos dos fenômenos.

Segundo Minayo e Costa (2019) a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações.

A pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (Gil, 2008).

Utilizou-se como critérios de inclusão os trabalhos que tivessem no período de 2010 a 2025, disponíveis nos idiomas em inglês, português e espanhol e que estivessem publicados na íntegra. Já os de exclusão foram trabalhos duplicados, teses, dissertações e que não estivessem no domínio público. Se utilizou autores clássicos pelo fato de que até os dias atuais os mesmos exercem um papel importante na literatura brasileira em relação a escola e aprendizagem.

RESULTADOS

Hoje em dia, é cada vez mais comum encontrar nas salas de aula do Ensino Regular alunos que possuem capacidades diferentes, vêm de locais distintos ou simplesmente se adaptam a diversos ritmos de aprendizagem.

Quando se fala em educação inclusiva, vêm à mente inúmeros termos como separar, diferente, deficiência, eficiência, problemas, especialistas, adaptando todos eles seguidos de uma longa lista de frases devidamente decoradas para efeito público.

De acordo com a perspectiva individual ou essencialista de Camargo e Daros (2018), um esquema educacional diferente deve ser seguido para os alunos com deficiência. Algumas de suas premissas são dividir a população em tipos de alunos, ensinando-lhes coisas diferentes, de maneiras diferentes e, como não poderia deixar de ser, por professores diferentes.

Contudo, a Educação Inclusiva é um direito reconhecido pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Artigo 24) aprova e ratifica esta Convenção, em 13 de dezembro de 2006, passando a fazer parte do seu ordenamento jurídico e compromete-se assim a cumpri-lo, observá-lo e zelar pelo seu cumprimento.

A educação é um direito fundamental incluído na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Várias declarações e convenções destacaram a importância da educação para pessoas com deficiência, entre outras, a Declaração de Salamanca sobre necessidades educativas especiais de 1994, bem como o artigo 24.º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), adotada em 2006.

A capacidade dos professores para proporcionar uma educação de qualidade aos alunos com deficiência depende da sua formação e qualificações. No entanto, os professores muitas vezes têm dificuldades porque as turmas já estão superlotadas. Oferecer formação inicial pré-serviço aos futuros professores, investir na formação contínua de professores através da oferta de estágios e de um sistema de mentoria são métodos que se revelaram eficazes.

Porém, é importante formar professores especializados, pois não é possível formar todos os professores para serem suficientemente fluentes em Braille, a língua gestual nacional, e em modos de comunicação aumentativos e alternativos (UNICEF, 2017).

Por fim, são sugeridas duas estratégias: o Plano Institucional de Acessibilidade (PIA) e o Plano para melhorar as atitudes docentes face à inclusão educativa, a fim de melhorar e mitigar as barreiras à Inclusão Educacional de alunos com Deficiência Motora.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), segundo o Decreto nº 6571, de 18 de setembro de 2008, dispõe sobre suas diretrizes operacionais e as regulamenta, observando que só pode ser realizado por professor especialista, ofertado no contraturno do aluno e acontece nas Salas de Recursos Multifuncionais (Brasil, 2008).

O público alvo desse atendimento são as pessoas com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação. Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidades que eliminem as barreiras para a plena participação do aluno, considerando suas especificidades. Esse atendimento complementa e ou suplementa a formação dos alunos visando desenvolver a autonomia e a independência, na escola e fora dela.

O atendimento realizado com as pessoas com deficiência nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) visam a inclusão e a aprendizagem dos alunos. A palavra incluir vem do latim *includere*, que significa compreender, envolver, pertencer juntamente com outros, o que difere de integrar, que simplesmente é introduzir o sujeito no grupo sem que haja qualquer adaptação ou adequação (Camargo; Daro, 2018).

Incluir, tem o sentido de criar condições necessárias para que o sujeito possa, dentro de suas possibilidades, usufruir as vantagens e os recursos que o grupo tem a oferecer. Enquanto que na integração o sujeito deve se adequar às regras do grupo na inclusão e devem se adequar às necessidades do sujeito. (Camargo; Daro, 2018).

3151

As leis brasileiras segundo Tavares (2008) sempre colocaram a educação especial como um caso à parte do ensino regular, um adendo destinado aos alunos que não conseguem atender às exigências e expectativas da educação de ensino regular. Na Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 4.024/61, foi garantido o direito dos alunos com deficiência, que na época eram chamados de excepcionais, mas eles deveriam enquadrar-se no sistema geral. Quando não era possível esse enquadramento, então o aluno era encaminhado a constituir um sistema especial.

Somente em 1972, o Conselho Federal de Educação, através do Parecer de10/08/1972, entendeu a educação de pessoas com deficiência, como uma linha da educação escolar.

Essa nomenclatura passou por várias mudanças ao longo dos anos e conquistas, no início eram chamados de “alunos excepcionais”, depois foi mudado para “alunos com necessidades educacionais especiais”, em 1986, depois passou a ser chamado “portadores de necessidades educacionais especiais” e atualmente o termo correto definido pela Convenção das Nações Unidas, é “pessoa com deficiência” (Bueno, 2004).

Vale lembrar que, diante da estreita visão educacional seguida por muitos anos, as propostas de mudança apresentadas a partir de 1986, mesmo com expressões vagas e potencialmente discriminatórias, são quase anuais, beneficiando a pessoa com deficiência em seus aspectos sociais e educacionais na busca de seu espaço na sociedade da qual faz parte.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, foi um avanço para o exercício de direitos no caminho da cidadania, uma vez que não há distinção entre a criança e ao adolescente com deficiências ou não. É simplesmente legal para todos, afirmando seu status pessoal como indivíduo em desenvolvimento. Imediatamente, em 1991, foi publicada a Resolução nº 01/91 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, condicionando a revisão do salário educação, pela aplicação de pelo menos 8% dos recursos educacionais à educação especial por estados e municípios (Brasil, 1990).

Desse modo, dos vários problemas apresentados como dificuldades para o processo integrador ou inclusivo da pessoa com deficiência na sociedade e, obviamente, também nos estabelecimentos de ensino regulares, nada é pior e mais lamentável a falta de vontade política do governo em viabilizar esse processo.

A partir da década de 1990, as Declarações Internacionais de Salamanca (UNESCO, 1994) reforçaram a criação e promulgação de leis que pudessem assegurar a esses “novos alunos” o ingresso e a permanência nas escolas regulares. No Brasil, a inclusão escolar e o respeito às habilidades e necessidades de aprendizagem desses alunos estão garantidos desde a Constituição Federal de 1988.

3152

Ao longo da história, se influenciou por declarações e convenções internacionais, que foram de grande importância e influência para as pessoas com deficiência aqui no Brasil, tais como:

1990 – Declaração de Jomtien (Tailândia) – Educação para Todos. Esta Declaração, da qual o Brasil é signatário, destacou os altos índices de crianças e jovens sem escolarização e propôs transformações nos sistemas de ensino, visando assegurar a inclusão e a permanência de todos na escola.

1994 – Declaração de Salamanca (Espanha) Esta Declaração reafirmou “(...) o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino”.

1999 – Convenção da Guatemala Essa Convenção trouxe o princípio da não discriminação, que recomenda “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais”, ou seja, é preciso garantir direitos iguais de participação, de aprendizagem, de trabalho, entre outros. A Convenção vigora no Brasil desde setembro de 2001, quando foi aprovada pelo Senado como Decreto Legislativo n. 198/2001.

A LDB 9394/96, abordou a Educação Especial, em seu capítulo 5º, art. 58, conforme rege:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de deficiência. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular (Brasil, 1996, p. 1).

Posteriormente à LDB 9394/96, em 1998, divulgou o documento Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares – estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, esse documento partia do princípio de que determinados alunos teriam dificuldades maiores que os demais. Essa flexibilidade, ao invés de ajudar e promover a inclusão, acabava por deixá-la cada vez mais à margem dos conteúdos (Brasil, 1998).

Além disso, a educação especial passou por etapas distintas conhecidas como, exclusão, segregação, integração e inclusão. Na exclusão as pessoas eram colocadas em orfanatos, manicômios ou hospícios, pois a família não aceitava a pessoa com deficiência.

Após isso passou-se para o período da segregação, onde surgiram as escolas especiais, onde as pessoas com deficiência eram colocadas em escolas especiais separadas das escolas de ensino comum.

Após a segregação veio a integração, onde elas ganharam o direito de ir para as escolas regulares, uma inserção parcial, mas em classes especiais. Finalmente chegou-se atualmente na inclusão, onde o aluno participa da escola e da sala comum, junto com seus pares.

O ano de 2001 contemplou importante conquista para a Educação Especial como o Parecer CNE/CEB2 nº17/2001 de 11 de setembro, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, assegurando o atendimento escolar dos alunos em deficiência a partir da educação infantil, nas creches e pré-escolas, definindo quais são os educandos com deficiências em seu artigo 5º:

Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (Brasil, 2001, p. 2).

Dentre as diversas medidas tomadas para garantir a inclusão escolar dos alunos que se enquadram no Público-alvo de Educação Especial (PAEE), ou seja, que possuam atestado médico de deficiência ou superdotação (Brasil, 2010), a principal delas tem sido a criação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

Segundo Nota Técnica do Ministério da Educação do Brasil, as SEM's são espaços organizados na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização e eliminam barreiras que impedem a plena participação dos alunos que a frequentam. É objetivo da educação especial, com autonomia e independência, na esfera educacional e social (Brasil, 2010b).

O Decreto n. 7.611/11 define as Salas de Recursos Multifuncionais, como ambientes dotados de equipamentos, móveis e materiais didático-pedagógicos. De acordo com o decreto, esses espaços devem:

- I) proporcionar condições de acesso, participação e aprendizagem na educação comum e garantir serviços de apoio especializados e adaptados às necessidades individuais dos alunos;
- II) assegurar a transversalidade nas ações de educação especial na educação comum;
- III) promover o desenvolvimento de recursos didático-pedagógicos que eliminem barreiras ao processo de ensino e aprendizagem;
- IV) proporcionar condições para a continuidade dos estudos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino (Brasil, 2011).

O Art. 2º do Decreto nº 7.611 de 2011, além de definir como função da educação especial a garantia de serviços de atendimento especializado, explicita o conteúdo e a natureza desses serviços, informando que: 1º Para os fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados serviços educacionais especializados, entendidos como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e organização pedagógica institucional e continuamente, fornecido da seguinte forma: § 2º O serviço educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica escolar, incluir o envolvimento da família para garantir o acesso total e a participação dos alunos, atender as necessidades específicas das pessoas, objeto-publicado da educação especial e ser feito de forma articulada com outras políticas públicas. (Brasil, 2011).

3154

Outro impacto que ocorreu foi a instituição da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que em suas atribuições cria o Plano Nacional da Educação (PNE), que determina um conjunto de intentos para educação brasileira, que devem ser abrangidas no transcurso de sua aprovação.

Esse plano tem como uma de suas finalidades o ensino especializado para os alunos com deficiência, com idade de 4 até 17 anos, abrangendo a instituição de salas e classes especiais, um ensino inclusivo, recursos multifuncionais e atendimento preferencial (Brasil, 2014).

A inclusão é um direito conquistado pelas pessoas com deficiência, que passou a ser mais conhecido a partir da Lei nº 13.146, popularmente conhecida como a Lei da Inclusão, aprovada em 06 de julho de 2015. A Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, em seu capítulo V e artigos 58 e 59,

já orienta quanto a Educação Especial, como também à Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2015).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) e a Lei nº 13.146/2015 avançaram significativamente no cumprimento do artigo 24 da Convenção dos Direitos com Pessoas com Deficiência (CDPD) e posicionaram o Brasil como referência na região latino-americana.

As transformações promovidas a partir dessas normas permitiram que 87% das pessoas com deficiência frequentassem hoje o ensino regular e ampliaram significativamente o acesso dessa população ao ensino superior. No entanto, o novo regulamento dá uma guinada acentuada nesse caminho. Longe de ampliar a garantia de direitos e aprofundar as mudanças conquistadas em busca de uma maior inclusão, legitima a discriminação e busca reinstalar modelos obsoletos que violam os direitos humanos (Brasil, 2015).

Em 30 de setembro de 2020, foi aprovado no Brasil o Decreto nº 10.502, pelo qual é instituída a chamada “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida”. A norma implica uma grave violação das obrigações assumidas por aquele país ao ratificar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e um preocupante retrocesso em relação aos padrões que tem alcançado em termos de educação inclusiva (Brasil, 2020).

3155

Entretanto, observa-se na política atual, uma tendência de volta da integração dos alunos com alguma deficiência, com a criação das classes especiais nas escolas regulares, de acordo com a proposta de aprovação do Decreto de Lei nº 10.502/20 e a nova Política Nacional de Educação Especial, conforme rege o Art. 2º: Para fins do disposto neste Decreto, considera-se: I - educação especial - modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2020).

Diante disso, elucida-se que o professor na atualidade, precisa estar preparado para acolher as necessidades dos alunos, não somente das pessoas com deficiência, pois todos aprendem de formas diferentes e em tempos diferentes.

GESTÃO PEDAGÓGICA COMO FACILITADORA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

A teoria está para a prática, assim como o ensino está para a aprendizagem, por isso, deve-se saber o que se ensina para se prever ações, sem esquecer de que o aluno traz consigo a

bagagem cultural, um saber socialmente construído, e o professor tem o dever de respeitar essa experiência, além de ter o compromisso de selecionar cuidadosamente os conteúdos que serão ministrados, os quais devem estar contextualizados com a realidade, e condizentes com a capacidade do aluno em aprender.

A necessidade de se compreender os problemas do processo com alunos com deficiência, direcionou esse estudo a uma abordagem mais reflexiva acerca do desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo. Ensinar é um verbo que abrange várias vertentes inseridas na educação, visto que, a necessidade de expansão de conhecimentos fornecidos aos estudantes nas escolas, norteia a aprendizagem e tenta prepara-los para o mercado de trabalho.

A complexidade que envolve as ações pedagógicas executadas pelo professor, exige dele mais que na formação teórica ou prática, postura positiva diante das relações estabelecidas consigo e com o outro, com base em princípios, valores éticos, morais e sociais, que guiam o comportamento humano em direção à construção de uma sociedade ideal: é o aprender a ser (Wallon, 2003).

Os gestores, corpo docente e discente, técnico-administrativo, e a família, participam diretamente da educação escolar sendo atores coadjuvantes, nos diferentes cenários que compõem o cotidiano. Sabe-se que através de pesquisas realizadas por estudiosos e especialistas, o ensino contextualizado facilita sobremaneira o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, por envolver atores, hábitos, situações, imagens, e palavras que fazem parte da vida prática do aluno, permitindo imediata aplicação no meio social aonde o aluno estabelece suas relações interpessoais, e também com o meio físico no qual atua.

3156

A aprendizagem sempre inclui relações entre os indivíduos. A relação do indivíduo com o mundo está sempre medida pelo outro. Não há como aprender e apreender o mundo se não tivermos o outro, aquele que nos fornece os significados que permitem pensar o mundo a nossa volta. Para Vygotsky o mesmo defende a ideia de que não há um desenvolvimento pronto e previsto dentro de nós que vai se atualizando conforme o tempo passa ou recebemos influência externa (Vygotsky, *apud* Bock, 1999, P. 124).

Na ótica do educador, compreende-se no que se refere a origem das características individuais, interferem na sua performance prática, ou influencia seu modo de entender a relação entre o ensino e a aprendizagem. A escola, enquanto instituição onde se promove a aquisição do saber elaborado deve se preocupar com questões filosóficas e sociológicas, que constroem a sociedade contemporânea e com o tipo de homem que se precisa formar, para que se chegue ao modelo de sociedade almejado.

Na teoria de Piaget, Vigotsky e Wallon (1992), a construção mais eficiente e melhor adaptada ocorre quando o mecanismo de controle é autônomo, ou possa ter o seu próprio

caminho; isto é, responder (assimilar) a fonte de desequilíbrio. O mecanismo de controle é afetivo, com sentimentos, tendências e inclinações inconscientes funcionando como um guarda-portão, em que as experiências afetem o desenvolvimento intelectual.

A autonomia ou auto regulação, quer dizer vontade e determinação da criança, para se permitir aprender, admitindo experiências, o que geraria o desequilíbrio ao aprender experiências novas e diferentes. O ser humano marcha para a construção do conhecimento e sabedoria, desequilibra o que já foi constituído e edificado, assimila as novas experiências e informações e se adapta no novo conhecimento construído. O aluno que apresenta sintomas como a falta de autonomia e de vontade, e ainda apresenta baixa autoestima, mostra a dificuldade em aprender; o que pode resultar em um fracasso escolar.

Por base na visão de Vigotsky (1991), sobre o processo de aprendizagem do indivíduo, o professor deverá realizar intervenções pedagógicas que partam do nível real de amadurecimento em que o aluno se encontra, para a conquista de novas situações, em que se ampliem os conhecimentos e as vivências do mesmo, isto é, em que a Zona de Desenvolvimento Potencial (ZDP), seja explorada a fim de que se consolidem as funções mentais e psicológicas que estão para amadurecer.

Um dos principais defeitos da psicologia tradicional é a separação entre aspectos intelectuais, de um lado, e os volitivos e afetivos, de outro, propondo a consideração da unidade entre esses processos. O pensamento tem sua origem na esfera da motivação, a qual inclui inclinações, necessidades, interesses, impulso, afeto e emoção. Nesta esfera estaria a razão última do pensamento e, assim, uma compreensão completa do pensamento humano só é possível quando se compreende sua base afetivo-volitivo (Vygotsky, 1991, p. 214).

3157

Para que a criança com deficiência se desenvolva de maneira sadia precisa haver equilíbrio entre suas funções orgânicas, cognição e relações afetivas. A inclusão pode ser interpretada como fenômeno social complexo, em decorrência de ações que são constituídas por inúmeras instituições, entre elas o governo, as instituições formadoras de educadores, as escolas, as pessoas com deficiência e suas famílias.

Existe forma de ação, apesar das críticas de alguns, tem papel fundamental na formação das crianças com deficiência. A educação especial se caracteriza em movimento conjunto, em que a sociedade também se modifica para atender à diversidade, garantindo o respeito e possibilitando aos alunos com deficiência se tornarem sujeitos ativos.

A educação inclusiva deve entrar pela escola regular para que haja inclusão, mas para isso, é necessário que a escola passe por um processo de transformação. Para que a escola, de

fato, seja inclusiva, tem de ter uma filosofia de profundo respeito às diferenças (Mantoan, 1996, p. 8).

Ora, sabe-se que o Brasil segue as tendências educacionais mundiais, como por exemplo, o Programa Mundial de Ação, relativo às pessoas com deficiências (ONU, 1983). A Constituição Brasileira, artigo 205º, de 1988 reza: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, assim como seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A eficácia dos direitos e leis voltados para a inclusão significa, por um lado, que os direitos operam como nortes para atuação do estado, e, por outro, servem de indicador para a aplicação das demais leis da seara jurídica, em outro falar, a possibilidade de interpretar o direito à luz desses fundamentos.

Importante enfatizar que através das leis, dos dispositivos legais, a melhoria na educação especial veio se tornar mais resistente, e que o Brasil tem um arcabouço avançado, no que se refere à garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Diante do exposto, esse capítulo apresentou um resgate histórico sobre pessoas com necessidades especiais, através da percepção teórica, ampliando conhecimentos das relações e discussões que abrangem o aluno com deficiência. 3158

Assim sendo compreende-se que o resgate histórico sobre pessoas com necessidades especiais, por meio da percepção teórica amplia conhecimentos das relações e discussões que abrangem o aluno com deficiência, e o objetivo específico que pretendeu registrar a história da educação especial no Brasil, pela identificação de bases teóricas e legais que ao longo dos anos têm norteado a educação inclusiva, e foram satisfatoriamente contemplados.

DISCUSSÃO

A necessidade de se compreender os problemas do processo com alunos com deficiência, levou esse estudo a uma abordagem mais reflexiva acerca do desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo. Ensinar atualmente é um verbo que abrange várias vertentes dentro da educação. A necessidade de expansão de conhecimentos fornecidos aos estudantes dentro das escolas norteia a aprendizagem e tenta preparar as crianças e os adolescentes para o mercado de trabalho.

Mantoan (2003), em sua sapiência sublinha que existem algumas diferenças básicas, relacionadas por alguns estudiosos na área de educação. Educação, ensino e instrução são

elementos necessários para uma boa aprendizagem. Enquanto profissional do saber, o professor deve reunir habilidades e competências didáticas que serão utilizadas na concentração da ação educativa, como o saber planejar, o saber ensinar e o saber avaliar. Mais que isso, ao professor fica também a tarefa de saber retomar as ações desenvolvidas a partir dos resultados finais de seu trabalho, ou do processo de ensino e aprendizagem.

Os gestores, o corpo docente, o corpo discente, o pessoal técnico-administrativo e em especial a família, participam diretamente da educação escolar sendo ator nos diferentes cenários que compõe o seu cotidiano.

Sabe-se que por meio de pesquisas realizadas por estudiosos e especialistas, que um ensino contextualizado facilita sobremaneira o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, por envolver atores, hábitos, situações, imagens e palavras que fazem parte da vida prática do aluno, permitindo assim sua imediata aplicação no meio social onde ele, aluno, estabelece suas relações interpessoais e também com o meio físico no qual atua.

Compreende-se então que para que a criança com NEE se desenvolva sadiamente precisa haver equilíbrio entre suas funções orgânicas, cognição e relações afetivas. A inclusão pode ser interpretada como um fenômeno social complexo, em decorrência de ações que são constituídas por inúmeras instituições, entre elas o governo, as instituições formadoras de educadores, as escolas, as pessoas com deficiência e suas famílias.

3159

Existe forma de ação que, apesar das críticas de alguns, tem um papel fundamental na formação das crianças com deficiência. A educação especial caracteriza-se num movimento conjunto, em que a sociedade também se modifica para atender à diversidade, garantindo o respeito e possibilitando aos alunos com deficiência tornarem-se sujeitos ativos.

Nas últimas décadas o debate internacional sobre a escolarização das pessoas com deficiência tem se tornado visível no âmbito das políticas sociais, geralmente como uma extensão da escolarização em um processo amplo e obrigatório para todas as crianças.

No contexto brasileiro, pode-se dizer que os últimos 50 anos, produziram mudanças que dependendo da perspectiva de análise, parecem evocar grandes rupturas com as práticas instituídas, ou mostram que, apesar de mudanças superficiais, o que existe é a continuidade de usuais formas de conceber a pessoa com deficiência e propor, para esses sujeitos, trajetórias educacionais essencialmente iguais às oferecidas em décadas anteriores. Essa polarização é facilmente reconhecida quando se analisa a literatura especializada em educação especial no Brasil.

Vale esclarecer que o Atendimento Educacional Especializado é uma das principais políticas de acessibilidade dentro das escolas, prevê na sua ação a derrubada de barreiras, promovendo o acesso do aluno a recursos, estratégias e metodologias que possibilitam uma participação efetiva nas atividades realizadas.

Sabe-se que não basta estar em sala de aula, para pertencer a escola é necessário também participar e aprender. É necessário incentivar e promover a autonomia e independência no cotidiano da escola, possibilitando espaços de interação dos alunos com deficiência com todos os colegas, tendo na diferença o fortalecimento do respeito, com ações pedagógicas que estimulem os alunos, promovendo dessa forma a superação das possíveis barreiras encontradas no contexto escolar.

Sendo assim, o serviço de AEE, funcionará de forma articulada aos demais serviços existentes dentro da escola, começando pelo diálogo com os professores do aluno e profissionais de apoio como os cuidadores e professores auxiliares (Pinheiro; Miguel, 2020).

Este profissional especializado é um grande construtor de pontes, que media as relações entre a escola e as famílias, promovendo espaços de escuta aos pais, de trocas de informações, de estreitamento nas relações interpessoais, como a chegada da pandemia, assim como os demais serviços.

3160

O serviço de AEE possui enfoque pedagógico, é realizado na Sala de Recursos Multifuncionais e nos demais espaços da escola, os atendimentos em sala de recursos é desenvolvido no turno inverso ao da sala de aula comum.

O professor especializado responsável pelo atendimento poderá acompanhar os alunos no mesmo turno, quando necessário, observando o mesmo em contextos diferenciados, a fim de elaborar estratégias adequadas às necessidades específicas apresentadas pelos alunos com deficiência, ou altas habilidades/Superdotação (Pinheiro; Miguel, 2020).

As salas de recursos são espaços organizados, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e recursos pedagógicos. As escolas que ainda não possuem sala de recurso com a promoção do serviço de AEE poderão ter seus alunos público alvo da educação especial atendidos pelas escolas pólos, onde o atendimento é ofertado. As salas não possuem um tamanho padrão, sendo que a organização da sala é de responsabilidade do professor especializado com o apoio da coordenação pedagógica da escola (Esteban, 2010).

O atendimento educacional especializado trabalha com descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas e comportamentos que são observáveis, incorporando a voz dos

participantes, suas experiências, atitudes, crenças, pensamentos e reflexões, tal e qual são expressas por eles mesmos (Esteban, 2010, p.125).

Portanto, é necessário se estar enquanto educadores, sempre despojados de preconceitos e abertos para acolher a todos, sempre buscando estar centrados nas potencialidades dos alunos.

A Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva conforme Cunha (2013), tem como paradigma a concepção de que toda a pessoa é capaz de aprender, independente das dificuldades e barreiras impostas. As práticas pedagógicas adotadas pelas escolas devem olhar as habilidades dos alunos, mapear as dificuldades para promover recursos e estratégias que possibilitem a todos o acesso à aprendizagem.

Alguns princípios são essenciais na construção de escolas inclusivas para Cunha (2013), são eles:

- O acesso à educação é um direito de todos;
- O aprendizado se dá ao longo da vida;
- Conviver é um direito de todos,
- Toda pessoa aprende.

No AEE é fundamental conhecer o contexto do aluno, avaliar as questões pedagógicas, de comunicação, comportamento, linguagem e demais habilidades, identificando quais são suas áreas de potencialidade, quais recursos adaptados serão necessários e quais serão as estratégias mais adequadas ao seu desenvolvimento.

3161

CONCLUSÃO

O tema inclusão não é novo, se fala muito quando se trata de incluir alunos que possuem algum tipo de deficiência, porém, inclusão é muito mais que isso. É olhar para as necessidades educacionais de cada aluno, considerando suas condições sociais, interculturais, de saúde e pessoais.

O objetivo geral foi alcançado pois se analisou como os professores reconhecem as emoções faciais, os gestos, a forma como se comportam ao falar, a forma de se dirigir aos alunos com deficiência por meio de uma Revisão Bibliográfica

Constatou-se que as escolas devem realizar um exame ou estudo completo e periódico de todos os alunos com problemas emocionais, cognitivos e comportamentais, para fazer um diagnóstico precoce e estabelecer intervenções e intensivas que evitem a evolução desfavorável da criança não tratada.

É também de a responsabilidade da escola criar as melhores condições para o desenvolvimento educativo destas crianças. A NEE não deve ser usada como desculpa para “não fazer”, mas pelo contrário, é motivo para “fazer algo” positivo, e essas crianças com necessidades educacionais especiais devem ser consideradas e feitas adaptações específicas para cada caso.

Os estudos mostram que a gestão mais eficaz dos comportamentos inadequados na escola é a elevada qualidade pedagógica por meio de métodos que garantam conhecimentos e competências do professor e um programa educativo de qualidade, dinâmico e ajustado às características da criança com NEE e um aluno-professor adequado.

Observou-se que os programas destinados à formação de professores são geralmente programas multimodais, onde é coletado um conjunto de técnicas de ação retiradas de outros programas. Não se trata tanto de técnicas específicas para professores, mas de adaptações de técnicas cognitivo-comportamentais adaptadas aos contextos escolares.

É fundamental trabalhar as atribuições dos professores para com estas crianças e para isso, a informação e a formação são de vital importância para mudar a forma como abordam estas crianças. A chave é promover a conscientização sobre a NEE aos funcionários da escola.

Os programas cognitivos-comportamentais são os que apresentam melhores resultados e são atualmente mais validados, sendo a sua eficácia demonstrada tanto em casa como na escola. 3162

Identificou-se que as necessidades educativas especiais da criança devem ser formuladas por um plano individualizado que inclua programas, atividades, estratégias de intervenção, materiais e métodos, organização, técnicas de motivação e competências específicas.

Deve-se manter uma colaboração positiva com a criança e sua família, pactuando com eles soluções adequadas para os problemas acadêmicos e comportamentais, estabelecendo o compromisso e a responsabilidade de cada um.

Também é plausível monitorar e analisar o progresso periodicamente, ajudando a criança a integrar-se socialmente e a não ter comportamentos perturbadores nas aulas, resultando em alguns casos de sentimentos anteriores de culpa, fracasso e humilhação.

Garantir canais eficazes de comunicação com a criança, empatia, assertividade, repetir as instruções de forma clara e concisa, sem demonstrar raiva, exasperação ou sarcasmo é uma forma de lidar com a criança com NEE.

Impedir confrontos, antecipando-se aos problemas para evitá-los, dando-lhe a oportunidade de expressar seu ponto de vista sobre o problema antes de provar que está errado.

Baseie o ensino tanto quanto possível em experiências concretas, experimentação ativa, aplicações práticas, em oposição a teorias complexas ou generalizações.

Os principais resultados encontrados em termos de barreiras físicas estão relacionados ao material didático, seguido de mobiliário adaptado e deslocamento até a instituição, e em termos de barreiras atitudinais, fica evidentes a maioria das atitudes indecisas e desfavoráveis dos professores em relação a uma Educação Inclusiva.

Verificou-se que existem mais elementos de risco do que elementos facilitadores, pelo que se conclui que as Instituições de Ensino visadas apresentam incumprimento da norma nas barreiras físicas e atitudes neutras e desfavoráveis que se expressam a partir das barreiras atitudinais.

Conclui-se que a pesquisa abordou discussões atuais, onde se observou que é essencial olhar para as necessidades educacionais de alunos com deficiência e estabelecimentos que os acolhem, bem como as necessidades dos professores que os atendem globalmente. Todos esses requisitos devem ser atendidos de forma programada, com a maior eficiência e eficácia possível, pois só assim será garantida uma educação equitativa e de qualidade aos alunos.

REFERÊNCIAS

3163

BOCK, Ana M. Bahia (org). *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*. 13^a ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Constituição da República. 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA, Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Declaração de Salamanca - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 01 out. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Brasília – DF – 1996.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 2. Institui diretrizes nacionais para a educação especial da educação básica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 14 set. 2001.

BRASIL. Organização Mundial da Saúde – OMS. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Coord. Organização Mundial da Saúde. Décima Revisão. Porto Alegre: Artes Médicas. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 9/2010 de 09 de abril de 2010. Orientações para a Organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado. 2010b Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=d...=4683-nota-tecnica-n9-centro-aee&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em 30 set. 2025.

BRASIL. DECRETO No.7.612, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011- Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm. Acesso em 30 set. 2025.

BRASIL. LEI No.13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. LEI No.13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. Decreto Nº 10.502/2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. 2020. Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2020/10/02/carta-a-sociedade-brasileira-decreto-n-105022020-que-institui-a-politica-nacional-de-educacao-especial-equitativa-inclusiva-e-com-aprendizado-ao-longo-da-vida/>. Acesso em: 02 out. 2025.

BUENO, J.G.S. Educação especial brasileira. Integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 2004.

3164

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.

CUNHA, E. Autismo na Escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

ESTEBAN, M. T. Diferença, aprendizagens e avaliação: perspectiva pós-colonial e escolarização. In: ____; AFONSO, A. J. (Org.). Olhares e Interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MANTOAN, Maria Teresa. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza. Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e desenvolvimento. Campinas – LEPEDE – Unicamp, 1996.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, M. C. S.; COSTA, António Pedro. Técnicas que fazem uso da palavra, do olhar e da empatia: Pesquisa Qualitativa em Ação. Aveiro, Portugal: Ludomedia. 2019.

PIAGET, J. VYGOTSKY, WALLON. Teoria psicogênica em discussão. Yves de La Taille; Marta Kohl de Oliveira; Heloysa Dantas. São Paulo: Summus, 1992.

PINHEIRO, Rosimar Malhão; MIGUEL, Joelson Rodrigues. A Importância da Interação nas Práticas Pedagógicas Inclusivas. Id on Line Rev. Mult. Psic.2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2686>. Acesso em: 01 out. 2025.

TAVARES, H. V. Apoio pedagógico às crianças com necessidades educacionais especiais: dislexia e TDAH. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação em Distúrbios da Aprendizagem pela Faculdade de Medicina do ABC. São Paulo, 2008.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Educação Inclusiva. Incluir crianças com deficiência na aprendizagem de qualidade: o que precisa ser feito? 2017. Disponível em: https://www.unicef.org/eca/sites/unicef.org.eca/files/IE_220917_brief.pdf. Acesso em: 02 out. 2025.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. S. Paulo: Martins Fontes, 1991.

WALLON, Henri. Ciclo da Aprendizagem: Revista Escola, ed. 160, Fundação Victor Civita, São Paulo, 2003.